

# Doutrina Militar e Política Externa Estadunidense na Guerra Fria: Da Defesa Ativa à Batalha Aeroterrestre

José Miguel Quedi Martins<sup>1</sup>  
Júlio César Giacomini Spido<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objeto a relação entre a doutrina militar e a política externa estadunidense durante a Guerra Fria, particularmente entre o final da Guerra do Vietnã (1973) e o final da Guerra Fria (1991). O artigo propõe-se a realizar uma análise do debate acerca da doutrina militar estadunidense no período delimitado. Bem como identificar as versões de 1976 e 1982 do manual de campanha de operações militares com as doutrinas de política externa da época. Interpreta-se a Defesa Ativa (1976) enquanto uma extensão da Doutrina Nixon e da détente. Da mesma forma, avalia-se a Batalha Aeroterrestre (1982) como uma volta dos EUA ao objetivo da reversão da URSS, posição encampada pela Doutrina Reagan.

**Palavras Chave:** Doutrina Militar; Política Externa dos EUA; Guerra Fria; Defesa Ativa; Batalha Aeroterrestre.

**Abstract:** This article focuses on the relationship between military doctrine and American foreign policy during the Cold War, particularly between the end of the Vietnam War (1973) and the end of the Cold War (1991). The article proposes to carry out an analysis of the debate surrounding American military doctrine in the defined period. As well as to identify the 1976 and 1982 versions of the military operations field manual with the foreign policy doctrines of the time. Active Defense (1976) is interpreted as an extension of the Nixon Doctrine and détente. In the same way, the Air-Land Battle (1982) is evaluated as a return, by the USA, to the objective of reversing the USSR, a position espoused by the Reagan Doctrine.

**Keywords:** Military Doctrine; U.S. Foreign Policy; Cold War; Active Defense; AirLand Battle

## Introdução

Este artigo tem como objeto a doutrina militar estadunidense na Europa Central entre o final da Guerra do Vietnã (1973) e o final da Guerra Fria (1991). Com isso se objetiva identificar as doutrinas de emprego de força, tanto as oficiais quanto as propostas no debate intelectual da época. Bem como traçar os impactos da formulação doutrinária dos EUA sobre o equilíbrio internacional durante o período.

---

<sup>1</sup> Professor Doutor de Relações Internacionais da UFRGS.

<sup>2</sup> Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI UFRGS)

Em primeiro lugar, cumpre estabelecer um entendimento sobre o conceito de doutrina militar<sup>3</sup>. Em seu sentido elementar, ele pode ser definido como o conjunto de paradigmas pelos quais uma instituição militar entende, se prepara para e conduz a guerra (SAGAN, 2001, p. 17). Normalmente, isso é expresso em manuais normativos e, no alto da hierarquia destas publicações está o conceito operacional do exército em questão. Neste caso, o Exército dos EUA tem na base de sua doutrina o Manual de Campanha 100-5, Operações (ou *Field Manual* – FM 100-5)<sup>4</sup>.

A relação entre guerra e política já foi exaustivamente explorada através do aforismo atribuído a Clausewitz: “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Dessa forma, cumpre salientar que a doutrina militar (o modo como se entende a guerra) tem uma relação dialética com a política externa (os objetivos e meios das relações exteriores). A doutrina militar conforma o resultado esperado da guerra e, portanto, a decisão ou não de empreendê-la e os resultados políticos associados a essa decisão. De outra maneira, a doutrina também ajusta-se ao resultado político pretendido pelos formuladores de política. A presente investigação histórica procura, portanto, dissecar estas correlações e, se possível, cadeias de causalidade.

Assim, a ideia de uma grande revolução doutrinária deve ser analisada com algumas nuances. O período das décadas de 70 e 80 é tido como – e de fato o é – uma “renascença doutrinária” (KRETCHIK, 2011, p. 201; DOUGHTY, 1979, p. 43), em que as operações militares de armas combinadas chegaram ao seu acme. Contudo, a mudança doutrinária – entre os FM 100-5 de 1976 e 1982 – se deu menos por um processo de evolução e mais por um processo de decisão no nível político.

Dessa forma, descreve-se as três posições do debate doutrinário identificadas pela pesquisa. São elas: (1) A “Defesa Ativa” (*Active Defense*), que se confunde na literatura acadêmica com a posição dos “atritonistas” ou da “Defesa Avançada”; (2) A crítica desta última a partir da perspectiva dos “manobralistas”, ou da “Defesa Móvel”; e por fim (3) A Doutrina da “Batalha Aeroterrestre” (*Airland Battle*), que fez as vezes de síntese entre as duas anteriores. Note-se que apenas os constructos (1) e (3) – ao menos no período em questão<sup>5</sup> – tornaram-se doutrinas oficiais e difundidas do Exército dos EUA, o FM 100-5 Operations.

Para fazer-se a conexão entre doutrina e equilíbrio, o trabalho também lida com três momentos de política externa dos EUA, ou doutrinas presidenciais: (a) Doutrina Nixon, também conhecida por Doutrina Kissinger ou Doutrina Guam. Trata-se do reconhecimento do equilíbrio nuclear do MAD, da coexistência pacífica com a URSS e da delegação da segurança das regiões não vitais aos aliados; (b) Doutrina Carter, também conhecida pelo seu formulador Zbigniew Brzezinski. Tratava-se da extensão do guarda-chuva nuclear e da mobilização convencional dos EUA para o Oriente Médio e o petróleo. Bem como da desestabilização da *détente* e do apoio a movimentos revoltosos dentro da

<sup>3</sup> Doutrina – Aqui se utiliza o termo doutrina em dois sentidos distintos. O primeiro deles é o de doutrina militar, exposta acima. O segundo é o de “doutrina” enquanto um enunciado de política externa, usualmente Presidencial.

<sup>4</sup> FM 100-5 – O Manual de Campanha de Operações 100-5 do Exército dos EUA, referido no texto, atualmente é denominado FM 3-0. Contudo, ao longo do texto, optou-se por utilizar seu antigo nome para adequar-se à terminologia vigente no período analisado.

<sup>5</sup> Defesa Móvel Como Estratégia dos EUA – No período analisado a Defesa Móvel era um tipo de operação defensiva reconhecida pelo Exército estadunidense sem ser, contudo, a estratégia dominante para a defesa da Europa. Segundo Brzezinski (1986, p. 194-195), a ideia de recuar até o Reno para efetuar contra-ataques na ofensiva soviética era hegemônica no imediato pós-II Guerra Mundial. Neste sentido, recorria-se intelectualmente à experiência alemã/nazista nessa conflagração. Contudo, como se verá adiante, o reconhecimento do teatro europeu como uma frente rasa colocou o conceito – como estratégia para a Europa como um todo – em desuso no Exército dos EUA.

Organização do Tratado de Varsóvia (OTV); e (c) Doutrina Reagan. Esta pretendia a derrota da URSS e seus aliados na Ásia, África e América Latina. Bem como o aumento da competição militar no nível estratégico – a busca pela primazia nuclear e operacional – com a ideia de consubstanciar uma vitória no campo de batalha europeu.

Ao relacionar as doutrinas militares às de política externa, pretende-se ilustrar o aparente paradoxo: ainda que nunca tenham sido levadas ao cabo (emprego da força) foram cruciais tanto para a política externa dos EUA quanto para a política internacional. Isso se explica por seu impacto quer no cálculo político quer na dissuasão militar. Desse modo, as perspectivas operacionais e objetivos influenciaram tanto na manutenção do equilíbrio como no desfecho da Guerra Fria.

De forma sucinta, o trabalho procura argumentar que as duas doutrinas oficiais do Exército estadunidense, a Defesa Ativa (1976) e Batalha Aeroterrestre (1982), estão intrinsecamente ligadas, respectivamente, às Doutrinas Nixon e Reagan – a Doutrina Carter, por seu foco extraeuropeu, pode ser considerada como um interregno doutrinário. Embora as doutrinas tenham sofrido *inputs* organizacionais e intelectuais aparentemente alheios à percepção do equilíbrio internacional, alinharam-se aos objetivos de política externa de seus contextos e efetivamente cumpriram papéis importantes, respectivamente, para a manutenção da *détente* e para a política de dissolução da URSS.

## O Teatro Europeu e o Ambiente Pós-Vietnã

A Europa sempre se apresentou como um campo de batalha principal da Guerra Fria. No imediato pós-II Guerra Mundial, as forças convencionais russas ameaçavam uma conquista da Europa Ocidental enquanto apenas os EUA tinham a posse de armas nucleares. Durante os anos 1950, o governo Eisenhower apresentou o “New Look” – chamado posteriormente de Primeira Estratégia de Compensação (*Offset Strategy*) – que contrapunha uma invasão soviética com o uso nuclear massivo dos EUA sobre a URSS. Essa espécie frágil de equilíbrio foi perdendo força ao longo dos anos 1950 e 1960. Já no início desta última década, a suficiência dos meios nucleares russos em destruir seu adversário levou os EUA a adotarem a “resposta flexível”. Essa estratégia via um ataque convencional soviético ser respondido por ataques nucleares (táticos) sobre essas forças, que poderia apenas eventualmente escalar até um conflito nuclear estratégico. Na segunda metade da década, a estratégia dos EUA foi então profundamente afetada pelo seu envolvimento no Vietnã (1965-1973).

Numa simplificação útil, pode-se dizer que o resultado de uma guerra no Teatro Europeu dos anos 1970 seria uma função de sua duração. Caso fosse esta fosse curta, a vitória seria soviética. Isto é, se os soviéticos conseguissem romper as linhas defensivas da OTAN e penetrassem no território alemão – possivelmente fechando uma paz em separado com a França gaulista. Caso se estendesse por mais de cerca de 30 dias, a vitória seria da OTAN. Ou seja, isso se os estadunidenses e europeus ocidentais conseguissem segurar a *blitzkrieg* soviética pelo tempo necessário para que as unidades reservas fossem desdobradas dos EUA (GRAY, 1972, p. 220-221; MEARSHEIMER, 1982b, p. 13-14).

No imediato pós-Vietnã, contudo, essa balança pendia para o lado soviético. Do ponto de vista dos russos, a Guerra do Vietnã serviu como uma sangria<sup>6</sup> do seu adversário. Enquanto os EUA gastavam seu orçamento de defesa no custeio de uma guerra prolongada, a URSS teve o tempo e recursos necessários para expandir e modernizar seu arsenal nuclear e convencional. Como parte das negociações para encerrar o envolvimento no Vietnã, em 1972, os EUA – através de Nixon e Kissinger – reconheceram a paridade nuclear com a URSS e abraçaram a Destruição Mútua Assegurada (*Mutual Assured Destruction* – MAD) através do Tratado de Mísseis Anti-Balísticos (*Anti-Ballistic Missile* – ABM). Este último é tido como marco do final da Guerra Fria e do início da coexistência pacífica, que por sua vez, teria fim no final da década.

Na competição militar convencional, os soviéticos também tiveram a oportunidade de se atualizarem na Europa. Aumentaram o efetivo disponível, atualizaram planos de guerra e doutrina e, principalmente, modernizaram sistemas de armas e equipamentos. Isso sem que houvesse um paralelo da parte estadunidense. Assim, a saída de mais de oito anos de intervenção massiva no Vietnã (1965-1973) foi marcada por um desgaste intenso no Exército dos EUA. Além dos problemas de moral, tensão racial e uso de drogas, o Exército encontrava-se despreparado para o combate convencional de larga escala contra forças blindadas.

Uma das grandes respostas foi a criação do Comando de Treinamento e Doutrina (*Training and Doctrine Command* – TRADOC). Tendo como seu primeiro comandante o General William Depuy, a ideia era a de unir em um comando específico a atribuição de desenvolver a doutrina de emprego de força e todas as instituições de ensino responsáveis por ensiná-la. Historicamente, tratava-se de uma inovação importante, a de desenvolver uma doutrina e ter a disposição a estrutura institucional para forçar sua adoção e desenvolvimento (KRETCHIK, 2011, p. 201).

Em 1973, mesmo ano de criação do TRADOC, eclodiu a Guerra do Yom Kippur entre Israel e os Estados Árabes. Para o Exército dos EUA, ela serviu como um “tubo de ensaio” de uma conflagração entre o OTAN e OTV. Os israelenses faziam as vezes dos estadunidenses enquanto os países árabes as dos soviéticos em termos de equipamento, treinamento e doutrina. A mensagem passada pela experiência do Oriente Médio era uma guerra centrada no uso de blindados e no poder fogo das armas guiadas de precisão (TOFFLER; TOFFLER, 1994, p. 63-66; LINN, 2007, p. 202-203).

Em particular, a vitória israelense baseada no poder de choque dos blindados e principalmente, a capacidade da defensiva síria em destruir vários destes blindados com mísseis antitanque operados pela infantaria. No caso europeu, os EUA encontravam-se numa situação em que poucos deveriam derrotar muitos, devendo fazer isso através das inovações do poder de fogo. A preparação para essa guerra gerou a publicação de uma nova versão do manual de campanha de operações, a publicação doutrinária mais elementar do exército dos EUA.

---

<sup>6</sup> Sangria – A sangria é uma estratégia de sobrevivência das potências na qual “o objetivo é garantir que qualquer guerra entre os rivais se transforme em um conflito longo e dispendioso que mine sua força” (MEARSHEIMER, 2001, p. 154, tradução nossa).

## Nixon e a Defesa Ativa

O “Manual de Campanha 100-5: Operações”, apelidado de “Defesa Ativa” foi publicado em 1976. Ele tinha ao menos seis traços essenciais. Eram eles: (I) A restrição ao cenário Europa; (II) Natureza do combate; (III) Defensiva como foco; (IV) Restrição da ofensiva; (V) A “Batalha Aeroterrestre” (*AirLand Battle*); (VI) O uso nuclear subestratégico.

No mais elementar, a doutrina adequava-se a Doutrina Nixon pela restrição geográfica. Essa talvez seja sua face mais clara e reconhecida (LINN, 2007, p. 196; STARRY, 1978, p. 04). De acordo com a política externa de Nixon e Kissinger, as regiões que não apresentassem interesses vitais deveriam ser responsabilidades dos aliados e não das Forças Armadas estadunidenses. A ideia era válida do Leste Asiático e Oriente Médio à América do Sul, onde aliados como Japão, Israel e Brasil não apenas obtiveram chancela mas incentivo dos EUA para modernizaram-se e estabelecerem uma zona de influência. O campo de batalha centrava-se na Europa, que não vislumbrava uma solução de curtíssimo prazo para a unificação alemã e a distensão entre os pactos militares.

No nível político da guerra, a Defesa Ativa era uma adequação da doutrina dos EUA à *détente*. A estratégia residia em impedir uma vitória rápida dos soviéticos e verter a conflagração para uma guerra de atrito prolongada, que tendia à indefinição. Embora a indefinição seja um problema para os militares que executam uma guerra em andamento – afinal, sua razão de ser é vencê-las – ela serve para introduzir dúvida de uma vitória rápida e/ou barata no cálculo político e, dessa forma, impedir que a guerra comece. Em outras palavras, ela cumpre um papel importante na manutenção da dissuasão.

O novo era tratar a defensiva como prioridade, através da qual os EUA envolveriam a URSS numa guerra de atrito na Europa no caso de conflagração. Ao oferecer o cenário da guerra de atrito prolongada, os EUA negavam a perspectiva de uma vitória rápida à URSS mas também reconheciam a dificuldade de empreender suas próprias campanhas ofensivas no território da OTV.

O cenário estratégico era tema do primeiro capítulo do manual de campanha. O texto explicitava que os EUA deveriam se preparar para uma guerra convencional de atrito no teatro Europeu. Cabe observar que isso era o contrário do esperado de um manual de operações, que deveria contemplar todos possíveis tipos de operação e todos cenários de emprego. Todavia, o manual se restringia a impedir uma *blitzkrieg* soviética na Europa (KRETCHIK, 2011, p. 198; LINN, 2007, p. 203).

Quanto a natureza do combate, a Guerra do Yom Kippur deixou sua marca na valorização dos blindados e no aumento do poder de fogo. O postulado era de que a velocidade do ataque da OTV, “estilo *blitzkrieg*”, aliado com as novas tecnologias e poder de fogo, não possibilitariam a mobilização efetiva das forças americanas depois dos primeiros embates. Assim seria necessário “[...] preparar-se para vencer a primeira batalha da próxima guerra” (EUA, 1976, p. 1-1) e “[...] preparar suas unidades para lutar em desvantagem, e vencer (EUA, 1976, p. 1-2)”.

A defesa era o foco principal da doutrina. A tradição do exército tinha sido, desde 1905, a de relegar a defesa como prelúdio da ofensiva. Ou seja, servia para degradar a força adversária para que, assim que possível, tomar-se a ofensiva e definir a guerra. Esse não era o caso da doutrina de Dupuy. Tal objetivo da defensiva vinha em sexto lugar na lista de prioridades (KRETCHIK, 2011,

p. 199-200). Ou seja, embora não renunciasse à ofensiva de modo algum, a defesa deveria ser suficiente para impedir uma penetração da OTV e levar os soviéticos a mesa de negociação. E, caso isso não acontecesse, possibilitar o desdobramento de recursos humanos e materiais dos EUA para a Europa, onde teria lugar uma guerra de atrito prolongada e, apenas eventualmente, uma ofensiva da OTAN em larga escala.

Os princípios da defesa eram a mobilidade para concentrar-se rapidamente, a habilidade de “ver” o inimigo em sua profundidade, a concentração de poder de fogo e a utilização da preparação do terreno. A “Defesa Ativa”, que deu o nome extraoficial ao manual, dizia respeito a mobilização e concentração rápida da defesa contra uma frente soviética. Uma divisão desdobrada numa frente de 40 km, por exemplo, teria de concentrar rapidamente cerca de sete ou oito de seus 11 ou 12 batalhões. Contaria, para isso, com a mobilidade dos blindados e do uso dos helicópteros (STARRY, 1978, p. 08).

Como se viu a ofensiva vinha com certas restrições. Contudo, isso não queria dizer a mesma não existisse. Pelo contrário, era tratada como um recurso normal da guerra – esperado no nível tático – mas utilizado de forma instrumental para a defesa, que predominava nos níveis operacional e estratégico. Assim, ela deveria ser usada com cautela. Segundo o manual, o comandante “deve atacar somente se ele espera que o eventual desfecho resulte em baixas inimigas decisivamente maiores que as dele próprio, ou que resulte na captura de objetivos cruciais ao desfecho da batalha maior” (EUA, 1976, p. 4-3). Ou seja, conquanto a ofensiva e a manobra fossem essenciais na condição de recursos da defesa nos níveis estratégico e operacional, um comandante demasiadamente agressivo poderia facilmente sofrer um grande número de baixas – afinal, para empreender-se a ofensiva abria-se mão da vantagem do terreno preparado da defesa – no início de uma ofensiva em que a primeira batalha era essencial (KRETCHIK, 2011, p. 200)

Outro ponto importante na nova doutrina era a integração entre Exército e Força Aérea na interdição de teatro, ou seja, dos escalões subsequentes da OTV. Dentro do manual, esse conceito recebeu o nome de “Batalha Aeroterrestre”. Esse mesmo conceito seria expandido e aprofundado – desta feita com foco ofensivo – na versão subsequente do manual, de 1982, inclusive sendo adotado como nome do próprio (KRETCHIK, 2011, p. 200).

Por fim, a Defesa Ativa guardava uma relação íntima com as armas nucleares de batalha. No manual apontava-se a miniaturização dos artefatos nucleares como tendência na guerra contemporânea (EUA, 1976, p. 2-28–2-29). Enquanto não expressasse com clareza a intenção do primeiro uso nuclear, ele complementava o debate recente dos anos 1970 do advento de armas nucleares de batalha (BUTEUX, 1977, p. 784-785; GRAY, 1972)

Essa categoria de sistemas de armas englobaria, por exemplo, ogivas entregues por peças de artilharia e mísseis de curto alcance. Diferente das armas estratégicas, teriam uma missão de atingir alvos de contraforça, ou seja, tinham como alvos as massas de blindados soviéticos e suas concentrações na retaguarda.

Uma segunda categoria seria a dos Artefatos de Demolição Nuclear (ADN). Estas armas servem não para o ataque direto das forças inimigas, mas para o uso da engenharia de combate para a contra-mobilidade, isto é, destruir pontes, entroncamentos rodoviários, ferrovias, túneis, etc. Eles

conformariam o uso menos escalatório de todos, visto que seriam utilizados para criar destroços e obstáculos antes mesmo da chegada do inimigo (DAVIDSON, 1974, p. 54, 56).

A relação entre a Defesa Ativa e o uso nuclear subestratégico foi um de seus pontos mais controversos. O General Don Starry, – que substituiu Depuy no comando do TRADOC em 1977 e foi o principal artífice da Batalha Aeroterrestre em 1982 – tinha como preocupação evitar que os EUA fossem os primeiros a recorrer ao emprego nuclear, mas acreditava ser impossível resistir aos soviéticos por mais de três a dez dias sem recorrer à ele (TOFFLER; TOFFLER, 1994 p. 63; LINN, 2007, p. 209).

Ou seja, de forma implícita, a Defesa Ativa reconhecia a possibilidade emprego nuclear numa eventual penetração da ofensiva soviética. Entretanto, isso não significava necessariamente um problema. Não se trata de uma contradição entre a defesa convencional e o uso nuclear. A dissuasão se dava pela combinação de uma defesa convencional forte, bem como da possibilidade – crível – de emprego nuclear de batalha. Esta última era assentada na miniaturização do arsenal nuclear, bem como comunicar devidamente os soviéticos dos meios disponíveis e da intencionalidade real de usá-los.

Nos 1970s, com a paridade nuclear e o MAD, o uso nuclear estratégico entrou na era da *détente*. Contudo, isso não significou o fim do uso de armas nucleares táticas e de batalha. Existia um movimento de manutenção da resposta flexível, ou seja, de desacoplar-se uma conflagração convencional na Europa da guerra nuclear total, mas que mantinha a perspectiva do seu uso subestratégico. Ou seja, considerar uma dissuasão puramente convencional da Europa, sempre esteve atrelada ao uso tático das armas nucleares. E, por esse mesmo percurso, supor a eficácia das armas convencionais não excluía o papel das ogivas atômicas – ainda que subestratégicas.

A conexão entre as guerras nuclear e convencional é, dessa forma, irremediavelmente uma zona cinzenta. E, justamente por guardar um grau de imprevisibilidade direcionava os tomadores de decisão, da OTAN e da OTV, a manterem uma *détente*, para além de uma conflagração nuclear estratégica, isto é, entre EUA e URSS, também no campo de batalha europeu.

Um entrave diplomático importante nesse caso era a perspectiva da Alemanha acerca do uso nuclear tático. Ele ilustra a preferência pela Defesa Ativa como doutrina mais estável mesmo com o perigo latente de uma escalada nuclear.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a Defesa Ativa fazia um esforço deliberado em ajustar a doutrina estadunidense à de seus aliados alemães. A Defesa Avançada já era um conceito adotado na Alemanha e as táticas dos *panzergranadier* (infantaria que combate montada em blindados) informavam Depuy no processo de modernização. Com a publicação do manual em 1976, a maior divergência entre os aliados era, portanto, o uso nuclear subestratégico (SWAIN, 1999, p. 380; DEPUY, 1994b, p. 157-158).

Aqui dá-se atenção especial ao Ministro da Defesa e depois Chanceler Helmut Schmidt e a perspectiva de tentar escapar da guerra nuclear limitada (uso das armas táticas). A percepção alemã, – acertada – era a de que esse tipo de guerra nuclear só seria limitada para EUA e URSS. Para os alemães mesmo uma guerra limitada implicava transformar grande parte do seu território em um campo de batalha nuclear. Por outro lado, uma conflagração nuclear estratégica entre EUA e URSS – a troca direta de artefatos nucleares entre as superpotências – teria relativamente pouco impacto sobre

o território alemão. Poder-se-ia dizer que uma guerra nuclear tática entre EUA e URSS seria bem estratégica para a Alemanha. Bem como que uma conflagração estratégica entre as superpotências teria desdobramentos apenas táticos na Europa (DAVIDSON, 1974, p. 54).

Por isso, os alemães tendiam ou a (i) propor uma escalada nuclear direta para o nível estratégico (ou seja, propor que houvesse uma troca nuclear direto entre EUA e URSS, poupando a Alemanha), ou então (ii) a propor uma dissuasão convencional suficiente para impedir um primeiro uso por parte da OTAN. De qualquer forma, era impossível escapar completamente do espectro da guerra nuclear tática (DAVIDSON, 1974, p. 51).

Assim, a Alemanha enfrentava um dilema. Por um lado, a perspectiva de uma escalada absoluta perdia sua força de dissuasão por não ser crível. Por outro, uma suposta estaqueidade entre as guerras convencional e nuclear daria subsídio para ações ofensivas e irresponsáveis. Dessa forma, no campo da doutrina, via a cessão de território como inaceitável, uma doutrina ofensiva como desestabilizadora e a então vigente defesa avançada como uma afirmação de seu território como campo de batalha nuclear. Entretanto, também reconhecia-se que a volta à estratégia de retaliação maciça não era crível. Schmidt concordava com Kissinger que os EUA dificilmente iriam de suicidar pela Europa (DAVIDSON, 1974, p. 52). Portanto, mesmo dentro dessas perspectivas pouco animadoras, a Defesa Ativa constituiu-se como a estratégia preferida, desde que a dissuasão fosse suficiente para impedir o advento da conflagração em primeiro lugar.

Mesmo neste dilema insolúvel a curto prazo, vislumbrava-se uma saída. Ela se encontrava no nível político: a integração regional. A ideia era construir uma União Europeia (chamada por Schmidt de “Estados Unidos Europeus”) portadora de armas nucleares e que instituiria uma cadeia de comando e controle politicamente separada da OTAN (DAVIDSON, 1978, p. 48). Ou seja, ao modo da *détente*, o dilema de segurança da Alemanha deveria ser resolvido por meios não militares, ainda que dependentes da manutenção de uma situação indefinida na correlação de forças na Europa.

Em suma, a Doutrina da Defesa Ativa fez as vezes de uma extensão da Doutrina Nixon e da *détente* para o nível operacional – ou seja, para o âmbito da guerra convencional e nuclear subestratégica. Conquanto seus fundamentos – da estratégia à tática – tenham sido questionados – como se verá a seguir – sua contribuição para o equilíbrio internacional era a de uma postura defensiva e dissuasória. Tinha a pretensão de impedir uma vitória fácil da OTV na Europa, dar a perspectiva de uma guerra de atrito prolongada ao mesmo tempo em que deixava crível e bem comunicada a possibilidade de uma escalada nuclear. A criação de uma doutrina que criava deliberadamente impasse militar servia de biombo para que a distensão política entre as superpotências tomasse lugar predominantemente no campo diplomático.

## A Viabilidade da Defesa Ativa

Por mais ambiciosa que seja uma doutrina militar, o que determina sua relevância é, ultimamente, sua viabilidade operacional. Isto é, se seus conceitos conseguiram ser traduzidos na prática e se essa percepção poderia se converter nos resultados políticos almejados. Neste sentido,

um de seus defensores contemporâneos mais relevantes foi John Mearsheimer, do qual reproduzem-se os argumentos a seguir. Para o autor, o argumento é de que a Defesa Ativa era suficiente para manter a dissuasão e, portanto, o equilíbrio da Europa (MEARSHEIMER, 1982a, p. 120; MEARSHEIMER, 1982b, p. 03-04). Para Mearsheimer, o termo utilizado é a Defesa Avançada, que aqui se trata como equivalente à Doutrina da Defesa Ativa <sup>7</sup>.

O argumento do autor é de que a vantagem numérica dos soviéticos era, apesar de real, supervalorizada. A OTV tinha 57 e 1/3 divisões, enquanto a OTAN tinha 28 e 1/3. Ou seja, aproximadamente uma vantagem de 2:1. Entretanto, essa correlação de forças não dava cabo de explicar as diferenças da organização de pessoal e da qualidade do equipamento que existiam entre as divisões da OTAN e OTV. As divisões da OTV eram mais enxutas em pessoal, diminuindo a vantagem para 1,36:1. No que dizia respeito a diferença qualitativa entre os sistemas de armas nas coalizões, o próprio Departamento de Defesa dos EUA elaborava uma estimativa que cruzava dados como mobilidade, poder de fogo e capacidade de sobrevivência. Esta estimativa perfazia uma vantagem de apenas 1,2:1 para a OTV (MEARSHEIMER, 1982b, p. 06-08).

Mesmo com a correlação pessimista para os estadunidenses de 2:1 em favor da OTV, o argumento continuava levando em conta o objetivo soviético de realizar uma *blitzkrieg* sobre a Europa. Para isso, a OTV teria de concentrar forças suficientes para primeiro penetrar nas defesas da OTAN concentradas na fronteira interalemã e depois poder avançar o suficiente para causar o colapso da linha de frente atacando a retaguarda. O ponto essencial de Mearsheimer é que, devido a vantagem da defensiva, isso poderia ser concretizado com uma concentração de forças maior que 3:1 (o mesmo previsto na doutrina estadunidense). Assim, a OTV poderia ter no máximo três ou quatro avenidas de abordagem, no teatro.

Essas avenidas de abordagem eram relativamente claras para os planejadores de guerra, e davam vantagens consideráveis aos defensores, pela presença de florestas e áreas urbanas ou pela estreiteza do terreno que permitiria os defensores concentrarem-se e fazer preparações (MEARSHEIMER, 1982b, p. 20-26).

Em suma, a doutrina estadunidense era suficientemente adequada para que os soviéticos não pudessem vencer facilmente na Europa. Note-se, o argumento implícito era o de que a melhor política era a manutenção de uma correlação de forças equilibrada. Não se tratava de perseguir uma maneira de derrotar os soviéticos, apenas de comunicar com clareza que os mesmos também não poderiam obter uma vitória completa de sua parte. Neste sentido, o estado de incerteza sob o qual repousava o Fronte Central da OTAN contribuía para a manutenção da coexistência entre as superpotências.

---

<sup>7</sup> Defesa Avançada e Defesa Ativa – Conceitualmente trata-se de dois conceitos de operações defensivas diferentes. Uma defesa avançada é um tipo de defesa de área (na qual uma área determinada é segurada por um tempo determinado), em que pretende-se segurar a linha de defesa em seu extremo, sem que se recorra a várias linhas de defesa em profundidade. Normalmente é um recurso que se impõe sobre o defensor quando sua linha de defesa é rasa demais (não se dispõe de muito território para ceder ao inimigo). Uma defesa ativa, por sua vez é aquela em que utiliza-se “o emprego de ações ofensivas limitadas e contra-ataques para negar uma área ou posição contestada ao inimigo” (EUA, 2013, p. GL-4, tradução nossa). Na concepção mais específica do próprio Dupuy: “O conceito de defesa ativa é o desgastar o atacante, confrontando-o sucessiva e continuamente com fortes unidades e forças-tarefa de armas combinadas, combatendo de posições mutuamente apoiadas, em profundidade, e em toda a área de batalha” (DEPUY, 1994a, p. 141, tradução nossa). Para Mearsheimer, o “Avançada” diz respeito simultaneamente à estratégia estadunidense quanto à estratégia alemã – de estar de forma avançada na fronteira interalemã. Para o autor, tratando-se da doutrina estadunidense, o conceito é equivalente ao da Defesa Ativa (MEARSHEIMER, 1982a, p. 106, n. 06; MEARSHEIMER, 1982b, p. 13-14). Quando da publicação da Batalha Aeroterrestre, o autor parece ou diminuir as diferenças entre as duas doutrinas, tratando-as com certa equivalência (MEARSHEIMER, 1983, p. 222, n. 48), ou vindo a ressaltar o caráter ofensivo dessa num artigo posterior (MEARSHEIMER, 1984, p. 29).

## Carter e Interregno Doutrinário

Até aqui, viu-se como a Defesa Ativa constituía-se numa doutrina alinhada com a manutenção da *détente* e da coexistência pacífica. Entretanto, conquanto seu planejamento e advento deu-se durante os governos Nixon e Ford. Sua publicação aconteceu paralelamente às eleições de 1976 e sua implementação e maturidade deu-se durante o governo Jimmy Carter (1977-1980). Este último formulou sua própria política externa, resumida pelo seu então Assessor de Segurança Nacional Zbigniew Brzezinski:

Qualquer tentativa de qualquer força externa para obter o controle da região do Golfo Pérsico será encarada como um atentado aos interesses vitais dos Estados Unidos da América e este atentado será repellido por todos os meios, inclusive a força militar (CARTER, apud BRZEZINSKI, 1986, p. 60).

O foco no Oriente Médio, batizado de Doutrina Carter, suscitou um debate acerca do perfil de força do Exército. O Chefe do Estado-Maior do Exército, General Edward Meyer, foi responsável por concretizar a visão de Carter. Ele havia sido um crítico assíduo do foco doutrinário na guerra de atrito e da sua limitação geográfica à Europa. Para Meyer, o Exército precisava se preparar para outros tipos de guerra, como a guerra irregular e a guerra revolucionária (LINN, 2007, p. 206-207).

No campo institucional, Meyer foi um militante da capacidade de intervenção global, principalmente através das forças de operações especiais e das divisões leves. Em 1977 – enquanto Vice-Chefe de Estado-Maior – foi um dos campeões da criação da “Força Delta”, a unidade de contraterrorismo do exército. Ele não apenas requisitou a proposta de formação da unidade como também foi seu principal defensor para sua aprovação no alto-comando (BECKWITH; KNOX, 1983, p. 126-127). Depois, em 1981, já como Chefe do Estado-Maior, aprovou o FM 100-1, *The Army* (O Exército). Esse manual contrastava com a doutrina de operações terrestres (o FM 100-5) de Depuy, justamente ampliando o escopo de atuação do Exército para incluir outros tipos de guerra (LINN, 2007, p. 214-215).

Entretanto, apesar de ter críticos dentro da Força, a doutrina da Defesa Ativa não foi abandonada. Isso aconteceu em virtude dela ser considerada suficiente para assegurar a Europa. Como a intenção era deslocar os esforços para a guerra no Oriente Médio, precisava-se deslocar tropas do teatro da OTAN sem, entretanto, diminuir a dissuasão.

Com esse intuito, veio a tona a Estratégia de Compensação (*Offset Strategy*) do Secretário de Defesa Harold Brown. O termo cunhado pelo Secretário dizia respeito a uma maneira de compensar a vantagem numérica absoluta dos soviéticos com vantagem militar qualitativa, ou seja, aumentar a efetividade da capacidade de combate estadunidense utilizando-se da tecnologia da digitalização – isto é, da 3ª Revolução Industrial.

Isso se deu em torno de quatro grandes iniciativas: (i) desenvolvimento de plataformas de Inteligência, Vigilância, Reconhecimento e Gerenciamento de Batalha; (ii) produção de munições guiadas de precisão; (iii) aplicação de tecnologia furtiva; (iv) uso do espaço sideral para comunicações, navegação e ISR – Inteligência, Vigilância e Reconhecimento. Muitas dessas tecnologias tiveram sua infância na Guerra do Vietnã, e continuaram sendo desenvolvidas durante

os anos 70. De fato, elas foram reconhecidas na Defesa Ativa e tomariam um lugar ainda maior na Batalha Aeroterrestre. O principal programa de desenvolvimento era o “*Assault Breaker*” da DARPA<sup>8</sup> que tinha como objetivo “ver” e atacar profundamente. Desenvolveu-se sob sua égide, por exemplo, o radar de abertura sintética embarcado – que daria origem ao E-8 JSTARS –, o Míssil Balístico Tático MGM-140 ATACMS e munições antitanque terminalmente guiadas BLU-108 (MARTINAGE, 2014, p. 14-15; STARRY, 1999, p. 553).

Na Doutrina Carter, esses sistemas de armas tinham o papel de realizar a capacidade de intervenção no OM, ainda que de forma indireta. Como era preciso deslocar tropas da Europa sem que isso interferisse no cálculo da dissuasão, a vantagem tecnológica da digitalização tinha a pretensão de compensar os números soviéticos com o aumento da capacidade de combate.

Em suma, a Doutrina Carter fez as vezes de um interregno para a doutrina militar dos EUA no front europeu. A manutenção da balança na Europa era essencial para remanejar-se o foco para o Oriente Médio. Dessa forma, a Defesa Ativa (FM 100-5 de 1976) foi mantida, inclusive com um aumento do enfoque no poder de fogo – o que, na verdade, reforçava um de seus pontos basilares.

Ainda assim, a política externa do governo Carter claramente distanciava-se da *détente* de Nixon e Kissinger. A razão de ser da doutrina – o equilíbrio internacional, expresso através foco na Europa e seu caráter eminentemente defensivo – havia se desfeito. Assim, não surpreendentemente, travou-se uma disputa pela renovação da doutrina no âmbito intelectual – não apenas no meio militar, mas também entre acadêmicos e consultores civis. Nesse debate destacavam-se duas correntes, a dos chamados “atritonistas” e a dos “manobralistas” (ECHEVARRIA II, 2014, p. 143). Os primeiros correspondiam aos defensores da Defesa Ativa/Defesa Avançada. Recebiam este nome pois sua estratégia era conter a Blitzkrieg soviética tempo suficiente para transformar a conflagração numa guerra de atrito (MEARSHEIMER 1982b, p. 04, 14). Já exploramos os argumentos a favor dessa estratégia na seção anterior. A seguir, resta analisar criticamente a posição “manobralista” e sua estratégia da “Defesa Móvel”.

## Os “Manobralistas”: Defesa Móvel e Alternativas ao Atrito

O grupo dos “manobralistas”<sup>9</sup> era composto majoritariamente por analistas civis, alguns com trajetórias acadêmicas e outros com posições de assessoria no congresso dos EUA. Para eles, a Defesa Ativa focava demasiadamente em sistemas de armas sofisticados e não o suficiente na habilidade e possibilidade do comandante de realizar manobras. A crítica ia no sentido de valorizar a ação rápida, deslocamento e disrupção, mobilidade, exploração de pontos fracos, e ataques a alvos físicos e psicológicos de forma precisa e rápida. Boa parte dessas noções era fruto da obra do ex-coronel da Força Aérea John Boyd, para quem o travar da guerra poderia ser resumido na quebra do Ciclo OODA (Observar-Orientar-Decidir-Agir) do inimigo, desde que se conseguisse encurtar o próprio Ciclo.

<sup>8</sup> DARPA – Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa, do acrônimo em inglês Defense Advanced Research Projects Agency. Trata-se de uma agência do Departamento de Defesa estadunidense responsável pela pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de uso militar.

<sup>9</sup> Manobralistas – Para um apanhado da proposta, ver: LIND, 1977; 1979; LUTTWAK, 1979; 1980; CANBY, 1975; 1977; 1978; e DOWNING, 1997 (original de 1981).

A aplicação das ideias de Boyd dependiam, portanto, de bons sistemas de Consciência Situacional e Comando e Controle. Bem como uma mudança de foco da aderência à sistemática da correlação de forças para a liderança e iniciativa dos oficiais (LOCK-PULLAN, 2002, p. 130; LINN, 2007, p. 206).

Ainda que seus conceitos fossem suficientemente claros para configurar um grupo, os manobralistas realizavam uma crítica que não estipulava uma estratégia alternativa clara para o Exército dos EUA. Isso fazia com que a doutrina proposta pelos manobralistas tivesse que ser deduzida de suas críticas. Neste sentido, segundo o grupo dos atritonistas, ela apontava no sentido da concepção de uma defesa móvel na Europa (MEARSHEIMER, 1982a, p. 108-109).

A defesa móvel é, por natureza, uma estratégia – na verdade um tipo de operação defensiva – arriscada, pois consiste em ceder parte do território ao inimigo, contando que uma superioridade de iniciativa atinga seu centro de gravidade numa espécie de contra-blitzkrieg. O problema é que, ao se fazer isso, perde-se a vantagem de combate de uma defesa. Numa regra de senso comum, a defesa em posições preparadas é capaz de fazer frente a uma desvantagem de 3:1 em favor do atacante. Ao adotar-se a defesa móvel aposta-se, no melhor dos casos, em batalhas de encontro. Estas são, na prática, choques de duas forças atacantes. E, naquele caso, os números da URSS fariam a diferença contra a OTAN. No pior dos casos, com conhecimento do terreno e algum tempo, os segundos escalões soviéticos poderiam montar defesas nos flancos do ataque, invertendo a vantagem 3:1 defensor-atacante (MEARSHEIMER, 1982a, p. 112-113).

O argumento manobralista seria o de que um comandante e uma força preparada seria capaz de identificar o local e momento para o ataque, desestabilizando o inimigo. Mas essa capacidade requereria uma capacidade informacional e de comando e controle superior aos dos soviéticos. Isto apesar de possível em tese, dificilmente poderia circunvir os problemas de integração e standardização da OTAN e ser suficiente para deter um ataque soviético (MEARSHEIMER, 1982a, p. 114-118).

Em suma, o grupo dos manobralistas apresentava uma ideia vaga acerca do que uma revisão doutrinária deveria abarcar. Contudo, ele teve sucesso em induzir os militares a justificarem intelectualmente a doutrina da Defesa Ativa e chegou até mesmo a penetrar nas discussões travadas na Escola de Comando e Estado-Maior, na qual alguns de seus membros – a exemplo de John Boyd e William Lind – viraram colaboradores regulares. Isso ultimamente resultou numa tentativa de síntese entre aquelas duas “escolas”: a publicação do novo FM 100-5, apelidado de Batalha Aeroterrestre (LOCK-PULLAN, 2002, p. 137; SWAIN, 1999, p. 379).

## Reagan e a Batalha Aeroterrestre

O governo Reagan (1981-1988) trouxe mais uma doutrina de política externa. Em termos práticos ela previa a retomada da confrontação direta com a URSS. Era um aprofundamento da Doutrina Carter. Contudo, enquanto esta havia feito isso majoritariamente no campo da opinião pública e da propaganda de direitos humanos, o governo Reagan, retornava a competição para a arena militar, em especial pela volta de um viés ofensivo na Europa (BRZEZINSKI, 1986, p. 239; VISENTINI, 2004, p. 129).

Se a posição dos manobralistas, quando aplicada à defesa, levava ao conceito pouco satisfatório da Defesa Móvel, quando era aplicada à ofensiva tomava maior força. Com o advento da Doutrina Reagan isso tornou-se possível. Assim, em 1982, foi publicada uma nova versão do FM 100-5, apelidado de Batalha Aeroterrestre (“*Airland Battle*”). O manual fazia as vezes de uma síntese entre as “escolas” atritonista e manobralista. Na medida em que se preservava a posição avançada e os fogos em profundidade da Defesa Ativa, se incorporava o viés ofensivo e a penetração dos blindados das críticas manobralistas.

Num âmbito mais geral, o Manual trazia algumas diferenças importantes sobre sua versão de 1976. Eram elas: (i) A ampliação do escopo geográfico da Europa para o resto do mundo; (ii) A introdução do Nível Operacional como categoria de análise do planejamento de guerra. Outros três pontos, todavia, representavam transições diametralmente opostas à Defesa Ativa. Eram elas: (iii) do foco defensivo para o ofensivo; (iv) da prevalência do poder de fogo para a manobra; e (v) da valorização da tecnologia para o gênio do soldado (KRETCHIK, 2011, p. 204-205).

Estes últimos três itens representavam um sentimento prevalente na cultura organizacional do exército estadunidense. O manual da Defesa Ativa (1976) foi bastante criticado por uma certa macanicidade esperada dos comandantes estadunidenses. Era, em grande parte um manual que dava ênfase na tática e esperava que seu receituário fosse replicado com certa fidelidade. Contudo, esse conjunto de táticas era associado ao criador da doutrina, General Depuy. Muito oficiais enxergavam – não sem razão – uma rigidez excessiva na conduta operacional, especialmente na restrição às operações ofensivas (HERBERT, 1988, p. 96-98; KRETCHIK, 2011, p. 201-202, 205).

Na época de publicação da Defesa Ativa, o General Alexander Haig – Comandante Supremo dos Aliados na Europa de 1974-1979 – havia sido um crítico imediato da Defesa Ativa por sentir falta da ofensiva como meio de decisão da guerra e relatou sua insatisfação a Depuy, que respondeu repreendendo Haig por almejar a criação de um espírito ofensivo por meio de “planejamento excessivamente ambicioso” (SWAIN, 1999, p. 373, tradução nossa). Isto é, a reprimenda dizia respeito, sobretudo, ao desejo de Haig da derrota absoluta da URSS. Essa faceta de Haig não era segredo. Com a eleição de Reagan, o então ex-general assumiu a posição de Secretário de Estado no gabinete, sendo um dos grandes responsáveis pela formulação da nova doutrina de política externa.

Dentro do Exército dos EUA, uma de suas principais divergências em relação à doutrina da Defesa Ativa era não abordar de forma satisfatória a ameaça do segundo escalão das Forças da OTV. Para o general Starry, a doutrina não daria conta de derrotar o primeiro escalão a tempo de reorganizar a defesa para o segundo, que se empilharia sobre a frente de batalha. A decorrência lógica desta deficiência era a inevitabilidade do uso nuclear, a não ser que pudesse ser destruída antes de chegar nela.

O modo de remediar essa falha foi abordado ainda em 1981, ano em que Starry apontou a solução com seu artigo “Estendendo o Campo de Batalha” na revista *Military Review* (STARRY, 1981). Já no ano seguinte, em 1982, nasceu sob a forma de uma nova versão da doutrina, a “Batalha Aeroterrestre” (EUA, 1982). Para Starry, a chave para enfrentar as forças de segundo escalão estava em recuperar as noções de batalha em profundidade desenvolvidas ainda pelos alemães e soviéticos desde o período

do entreguerras. Tratava-se, em suma, de uma doutrina ofensiva que tinha como aspecto central o planejamento deslocado espacial e temporalmente para atacar com profundidade os escalões da OTV.

Isso dava foco renovado nas tecnologias da 3ª Revolução Industrial, que agora chegavam em sua maturidade. No campo do ataque em profundidade, destacavam-se os sistemas do “Big Five”: o tanque M1 *Abrams*, o IFV M2 Bradley, os helicópteros de transporte UH-60 *Blackhawk* e de ataque AH-64 Apache, bem como o sistema antiaéreo MIM-104 *Patriot*. No sentido do ataque em profundidade, as capacidades eram representadas pelo já mencionado projeto “*Assault Breaker*”, que havia sido fomentado por Starry ainda quando a Defesa Ativa era vigente (MANHKEN, 2008, p. 103-131; TOFFLER; TOFFLER, 1994, p. 71; STARRY, 1999, p. 553).

A referida profundidade dizia respeito tanto à dimensão espacial quanto temporal da batalha. Dessa forma, os comandantes das tropas estadunidenses deveriam travar a guerra para além da linha de frente imediata. Diferentes escalões das forças aliadas deveriam planejar e coordenar ataques em profundidade espacial e temporal. Os comandantes dos níveis brigada, divisão e corpo de exército tinham, respectivamente, a responsabilidade de influenciar em eventos de combate em até 15, 70 e 150 km além da linha em que dispunham das próprias tropas. Ademais esses mesmos comandantes tinham a responsabilidade de tomar ação em relação ao tempo que as forças soviéticas levariam para chegar a frente. Respectivamente, brigada, divisão e corpo de exército lidavam com janelas de 12, 24 e 72 horas (ROMJUE, 1984, p. 07). Assim, as atribuições do comandante voltadas para a Linha de Frente das Próprias Tropas se tornavam inseparáveis do ataque em profundidade dos escalões subsequentes.

## Batalha Aeroterrestre e Desequilíbrio Internacional

Para entender-se os impactos da ALB no equilíbrio Internacional – ou, neste caso, seu desequilíbrio – é preciso tomá-la como um “microcosmo” da estratégia estadunidense durante o governo Reagan (MANHKEN, 2008, p. 129). Se dermos um “zoom out” no Fronte Central da OTAN, a ofensividade da doutrina ganha contornos estratégicos mais sérios do que se conscrito apenas a fronteira interalemã.

No âmbito mais geral, a Doutrina Reagan herdava a situação descrita por Brzezinski. Esta via competição dos EUA com a URSS como dependente de três “frentes basilares”: a Europa, o Oriente Médio e o Leste Asiático. Durante os anos 1970, estes dois últimos foram decididos favoravelmente aos EUA. No desfecho da Guerra do Vietnã, os estadunidenses lograram uma aliança com a China (1972). No Oriente Médio, a vitória israelense na guerra do Yom Kippur (1973) contra os países árabes e posteriormente com os acordos de Camp David (1978), lograram retirar o Egito da esfera de influência direta da URSS. Assim, no começo dos anos 1980, o desfecho da Guerra Fria parecia pousar justamente sobre o resultado de uma Guerra na Europa (BRZEZINSKI, 1987, p. 51-71). Assim, a seguir faz-se um apanhado do teatro Europeu e do papel da ALB.

## O Front Norte da OTAN

Na Suécia, historicamente neutra, as marinhas americanas e inglesas desencadearam uma operação de *deception*. De 1982 a 1984, várias incursões secretas de submarinos da OTAN em águas territoriais suecas desencadearam uma aguda crise diplomática entre o país escandinavo e a URSS. Além disso, surgiu uma onda de repercussões na mídia e na opinião pública. Em 1980, entre cinco e dez por cento dos suecos viam a URSS enquanto ameaça. Em 1983, essa figura havia crescido para 40 por cento. Como resultado, a OTAN impedia que os países neutros concretizassem diálogos e aproximações com os soviéticos, bem como garantia o eventual uso de bases na Suécia (TUNANDER, 2004, p. 01-02, 05, 07).

A principal preocupação dos soviéticos era, entretanto, a Polônia. Em 1981, o movimento sindical Solidariedade em Gdansk, com incentivo do primeiro Papa polonês João Paulo II, sinalizava que o nacionalismo e a religiosidade ameaçavam a estabilidade dentro da própria OTV. Esse movimento foi capitalizado por e em certa medida sustentado pelos esforços políticos e da espionagem estadunidenses. Brzezinski resume a estratégia pela qual tem grande responsabilidade:

A importância geopolítica e geoestratégica da Polônia ultrapassa o fato de possibilitar o acesso à Alemanha. Sua dominação também facilita o controle de Moscou sobre a Tchecoslováquia e a Hungria, e afasta da influência ocidental as regiões não-russas da União Soviética, que se inclinam para o Ocidente. Uma Polônia mais autônoma iria, inevitavelmente, enfraquecer o controle soviético sobre a Lituânia e a Ucrânia. [...] Além disso, a história da Polônia após a Segunda Guerra indica claramente que o regime apoiado pelos soviéticos não tem apoio popular, enquanto o movimento Solidariedade, no final dos anos 70, demonstrou a vitalidade da identidade nacional e religiosa polonesa. Seus 37 milhões de habitantes tornam a Polónia o maior Estado da Europa Oriental e suas forças armadas formam o maior exército do Pacto de Varsóvia, depois do soviético. É uma presa irrequieta cujo controle pode custar caro a Moscou, mas é valiosa demais para ser abandonada (BRZEZINSKI, 1986, p. 65).

## O Front Sul

No flanco Sul do Teatro Europeu, a própria doutrina Carter havia desfechado um golpe importante para a presença dos soviéticos no Mediterrâneo. Em 1978, com os acordos de Camp David, a URSS perdeu o Egito como plataforma para o flanco Sul da OTAN (BADOLATO, 1984, p. 74).

A OTAN tinha grande controle do Mediterrâneo, com Itália, Grécia e Turquia. Os soviéticos dificilmente conseguiriam emplacar que um ataque em frentes simultâneas. Mais do que isso, o fronte sul apresentava uma oportunidade da OTAN de tomar a iniciativa. Ou seja, o flanco sul não era apenas bem defendido mas também era uma plataforma para, em guerra, lançar-se um ataque contra a OTV e desestabilizar uma ofensiva soviética na Alemanha. Bem como para, em paz, exercer pressão no cálculo estratégico russo (PALMER, 1990, p. 271).

De forma parecida com a Polônia no Norte, a Iugoslávia tinha um grande potencial para efetuar essa desestabilização no Sul. Apesar de neutra, a desestabilização política da Iugoslávia (como viria a acontecer no pós-Guerra Fria) serviria para uma ofensiva do Ocidente no flanco Sul da OTV. Essa alternativa estava no imaginário estratégico desde os anos 1970, conforme pode ser ilustrado pela análise estratégica na forma de ficção do General John Hackett e outros oficiais gerais da OTAN. Nele, a Iugoslávia serve como estopim da 3ª Guerra Mundial, ao colocar soviéticos e estadunidenses em combate respondendo a uma crise política. Para os autores, os EUA – a partir da Itália – invadiriam Rijeka na Croácia com Fuzileiros Navais e Ljubljana na Eslovênia com paraquedistas (HACKETT et al, 1982, p. 104).

## O Front Central e Equilíbrio Estratégico

Ao prestar-se atenção nos flancos, o viés ofensivo da ALB ganha novos contornos. Apesar de não ser explícito, o ataque em profundidade previsto na doutrina poderia facilmente referir-se ao uso da guerra irregular e revolucionária. Dessa forma, a estratégia da URSS em manter uma estratégia de Blitzkrieg no front central, corria o risco de deixar suas tropas isoladas na Alemanha. A ofensiva estadunidense ameaçaria cortar a comunicação entre as tropas soviéticas e a URSS, desbordando-as e vencendo a Terceira Guerra Mundial.

O uso das tecnologias da digitalização para o ataque em profundidade suscitou um interesse profundo na URSS. De fato, foram os soviéticos que mais teorizaram sobre o efeito das armas de precisão na guerra moderna. Ao final dos anos 70 e ao longo dos anos 1980, surgiu no debate militar soviético o conceito da Revolução Técnico-Militar. Seu principal teórico, o Marechal Nikolai Ogarkov foi Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas entre 1977 e 1984. Em síntese, tratava-se da adequação do modo de fazer a guerra à digitalização da 3ª Revolução Industrial (ADAMSKY, 2009, p. 153-154).

Um de seus principais conceitos era o de “complexo de reconhecimento-ataque” no qual comprimisse o tempo entre a detecção de alvos e a entrega da munição contra os mesmos. Essa compressão era possibilitada pela alta capacidade de processamento e automatização dos processos, por sua vez possibilitadas pela computação digital compacta, eficiente e barata (ADAMSKY, 2009, p. 156-158).

Para os soviéticos, os sistemas de reconhecimento e as armas de precisão pareciam capazes de substituir o uso das armas nucleares táticas. Ou, pelo menos, dispensavam o possuidor de tais sistemas de violar o limiar nuclear primeiro. Os soviéticos preocupavam-se com a perspectiva de um ataque decapitante das suas forças nucleares com armas convencionais. Essa percepção era convalidada pela ameaça do Programa Guerra nas Estrelas, a decisão do Governo Reagan de ameaçar a MAD através do investimento massivo na defesa antimísseis balísticos (MANHKEN, 2008, p. 148-152; VISENTINI, 2004, p. 129).

Todo esse esforço intelectual tinha como objetivo entender a estratégia americana e ajustar as Forças Armadas soviéticas de acordo. Entretanto, a dificuldade dos russos em inserir-se na Terceira Revolução Industrial criou uma crise na percepção de ameaça apresentada pelos EUA. Os EUA exploraram essa percepção com operações de deception, supervalorizando suas próprias capacidades nucleares e convencionais de ataque em profundidade (ADAMSKY, 2009, p. 152; MAHNKEN, 2008, p. 151).

Embora até mesmo hoje os sistemas antimísseis balísticos não garantam a invulnerabilidade a um segundo ataque nuclear, essa eventualidade era considerada seriamente pela burocracia soviética e levou, em últimas consequências, a renúncia da corrida armamentista, as reformas econômica e política e, de forma indireta a retração da URSS as suas próprias fronteiras

Estes últimos elementos podem ser explicados pelo movimento semelhante que ocorreu no nível operacional da doutrina militar soviética. Como viu-se, até o início dos anos 1980, a pretensão doutrinária soviética era de realizar uma blitzkrieg sobre a Europa. Todavia, já no final da década, os soviéticos alarmaram-se com sua exclusividade com operações ofensivas. O advento do ataque em profundidade, levado ao extremo com a ALB, indicou aos soviéticos que era necessário um balanceamento da doutrina para contemplar a defensiva, principalmente nos escalões subsequentes aos primeiros, de forma a conservar forças para a continuidade das operações. Essa perspectiva de balanço, entretanto, acabou praticamente se transformando na proposta de uma defesa absoluta, com grande foco nas fortificações de campanha como contraponto aos fogos profundos. A doutrina soviética, em contraponto à estadunidense, passava da ofensiva para a defensiva, de um modo também desestabilizador, pois praticamente abria mão de lutar na Europa, retraindo sua área de influência à URSS (FITZGERALD, 1990, p. 173; ADAMSKY, 2009, p. 155-156).

Conjugados, os erros de percepção nos níveis operacional, estratégico e político culminaram no colapso da URSS no começo dos anos 1990. Enquanto não seja um fator suficiente, é legítimo e necessário fazer-se a ligação entre a percepção de ameaça elevada – e deliberadamente aumentada pelos EUA – e a desistência da URSS em manter a OTV preparada e engajada, ainda que não guarde a totalidade da explicação do colapso soviético.

## Conclusão

O debate doutrinário dos EUA acerca da guerra no fronte central da OTAN durante os anos 1970 e 1980 girou em torno de três grandes posições: (I) a “Defesa Ativa” (FM 100-5 de 1976); (II) A alternativa manobralista ou a “Defesa Móvel” (nunca implementada integralmente como doutrina); e (III) a “Batalha Aeroterrestre” (FM 100-5 de 1982). Se colocadas no contexto de política externa, observou-se que a doutrina militar estadunidense no período da Guerra Fria modificou-se não somente enquanto função dos meios militares disponíveis mas também em função das visões de política externa.

De certa forma, ao menos do ponto de vista do equilíbrio internacional, Defesa Ativa e Batalha Aeroterrestre foram dois lados de uma mesma moeda. No que diz respeito a suas similaridades, ambas representavam a incorporação os avanços tecnológicos da digitalização ao conceito operacional de armas combinadas que vinha se desenvolvendo desde o início do século. Sua principal diferença dizia respeito aos objetivos políticos de uma guerra na Europa. A Defesa Ativa tinha como propósito servir como esteio da *détente*. A Batalha Aeroterrestre, por sua vez, apostava na derrota absoluta da URSS.

Certamente ainda é possível valer-se das lições da Batalha Aeroterrestre – inclusive as práticas advindas de sua aplicação no Iraque em 1991 – na virtude de ápice da arte operacional contemporânea.

Todavia, a diferenciação histórica entre esta doutrina e a Defesa Ativa traz perspectivas importantes como a rediscussão das cosmovisões de política externa estadunidenses na Guerra Fria e a valorização de conceitos operacionais alternativos de arte operacional trazidos pela Defesa Ativa.

Essa diferença política basilar entre as doutrinas permite também um novo olhar sob o desfecho da Guerra Fria. Seu resultado foi uma incontestada vitória dos EUA sobre os soviéticos. Contudo, a ideia de que a pressão militar estadunidense contribuiu para o colapso da URSS – ainda que não tenha sido sua única causa – faz parte de um imaginário que povoa a política externa dos EUA até os dias de hoje. Não apenas isso, o faz de um modo que naturaliza a ordem dos eventos de tal sorte que favorece a sujeição completa da política à vantagem militar qualitativa. A própria experiência militar estadunidense no Pós-Guerra Fria ajuda a esclarecer os riscos de um unilateralismo voluntarista baseado na força. Uma linha de investigação mais aprofundada poderia se ocupar de questionar a inevitabilidade da rendição soviética, a viabilidade de sua doutrina defensiva e de suas alternativas contemporâneas e dos resultados esperados de uma conflagração OTAN-OTV nos anos 80 e 90. Em suma, cumpre explorar a hipótese de que a Doutrina Reagan e a Batalha Aeroterrestre foram fontes de instabilidade que, ao invés da rendição incondicional dos soviéticos, poderiam ter facilmente forçado os EUA a ingressarem em uma guerra mundial nuclear ou guerra locais ou limitadas no 3º Mundo.

Outra linha de investigação futura é a de valorizar os constructos da Defesa Ativa enquanto competidores à altura da doutrina da Batalha Aeroterrestre. Isso importa pela atualidade das doutrinas e sistemas de armas associados ao conceito de Anti-Acesso/Negação de Área (*Anti-Acess/Area Denial* – A2/AD). Ou seja, a experiência militar estadunidense da era da détente pode oferecer lições para modernização militar e desenvolvimento doutrinário; voltados menos para capacidades expedicionárias e mais para consolidação da inexpugnabilidade nacional ou regional.

## Bibliografia

ADAMSKY, Dima P. *The Conceptual Battles of the Central Front\_ The Air-Land Battle and the Soviet Military-Technical Revolution*. In: NUTI, Leopoldo (Ed.). *The Crisis of Détente in Europe: From Helsinki to Gorbachev, 1975–1985*. Oxon: Routledge, 2009.

BADOLATO, E. V. *A Clash of Cultures: The Expulsion of Soviet Military Advisors from Egypt*. *Naval War College Review*, v. 37, n. 02, p. 69-81, mar.-abr. 1984.

BECKWITH, Charles A., KNOX, Donald. *Delta Force: The Army's Elite Counterterrorist Unit*. New York: HarperCollins, 1983.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *EUA e URSS: O Grande Desafio*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.

BUTEUX, Paul. *Theatre Nuclear Weapons and European Security*. *Canadian Journal of Political Science*, v. 10, n. 04, p. 781-808, dez. 1977.

CANBY, Steven. *Mutual Force Reductions: A Military Perspective*. *International Security*, v. 02, n. 03, p. 122-135, 1978.

- CANBY, Steven. NATO: Reassessing the Conventional Wisdoms. *Survival*, v. 19, n. 04, p. 164-168, 1977.
- CANBY, Steven. The Alliance and Europe: Part IV Military Doctrine and Technology. *The Adelphi Papers*, v. 15, n. 109, 1975.
- DAVIDSON, Charles N. Tactical Nuclear Defense: The West German View. *Parameters*, v. 04, n. 01, p. 47-57, 1974.
- DEPUY, William E. Active Defense. In: SWAIN, Richard M. (Org.). *Selected Papers of General William E. Depuy*. Fort Leavenworth: Combat Studies Institute, 1994a. p. 141-142.
- DEPUY, William E. Letter to R. W. Komer from General DePuy, 24 April 1975. In: SWAIN, Richard M. (Org.). *Selected Papers of General William E. Depuy*. Fort Leavenworth: Combat Studies Institute, 1994b. p. 157-158.
- DOUGHTY, Robert A. The Evolution of US Army Tactical Doctrine, 1946-76. Fort Leavenworth: Combat Studies Institute, 1979. (Leavenworth Papers n. 01).
- DOWNING, Wayne A. Firepower, Attrition, Maneuver — US Army Operations Doctrine: A Challenge for the 1980s and Beyond. *Military Review*, v. 77, n. 01, p. 144-150, jan.-fev. 1997.
- ECHEVARRIA II, Antulio J. *Reconsidering the American Way of War: US Military Practice From the Revolution to Afghanistan*. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2014.
- EUA. Department of Defense. *Joint Publication 3-60, Joint Targeting*. Washington: Department of Defense, 2013.
- EUA. U.S. Army. *Field Manual 100-5, Operations*. Washington, D.C.: Headquarters, Department of the Army, 1976.
- EUA. U.S. Army. *Field Manual 100-5, Operations*. Washington, D.C.: Headquarters, Department of the Army, 1982.
- FITZGERALD, Mary C. Advanced Conventional Munitions and Moscow's Defensive Force Posture. *Defense Analysis*, v. 06, n. 02, p. 167-191, 1990.
- GRAY, Colin S. Mini-Nukes and Strategy. *International Journal*, v. 29, n. 02, p. 216-241, Spring 1974.
- HACKETT, John et al. *A Terceira Guerra Mundial: Agosto de 1985*. São Paulo: Circulo do Livro, 1980.
- HERBERT, Paul H. Deciding What Has to Be Done: General William E. DePuy and the 1976 Edition of FM 100-5, Operations. Fort Leavenworth: Combat Studies Institute, 1988. (Leavenworth Papers n. 16).
- KRETCHIK, Walter E. *U.S. Army Doctrine: From the American Revolution to the War on Terror*. Lawrence: University Press of Kansas, 2011.

- LIND, William S. Some Doctrinal Questions for the United States Army. *Military Review*, Fort Leavenworth, v. 57, n. 3, p. 54-65, mar. 1977.
- LIND, William S. Military Doctrine, Force Structure, and the Defense Decision-Making Process. *Air University Review*, v. 30, n. 4, p. 21-27, may-jun. 1979.
- LINN, Brian McAllister. *The Echo of Battle: The Army's Way of War*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
- LOCK-PULLAN, Richard. Civilian Ideas and Military Innovation: Manœuvre Warfare and Organisational Change in the US Army. *War & Society*, v. 20, n. 01, p. 125-147, 2002.
- LUTTWAK, Edward N. The American Style of Warfare and the Military Balance. *Survival*, v. 21, n. 02, p. 57-60, 1979.
- LUTTWAK, Edward N. The Operational Level of War. *International Security*, v. 05, n. 03, p. 61-79, 1980.
- MAHONEY, James. Comparative-historical methodology. *Annual Review of Sociology*, [s.l.], v. 30, n. 1, p. 81-101, Aug. 2004.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.soc.30.012703.110507>.  
Acesso em: 23 maio 2018.
- MARTINAGE, Toward a New Offset Strategy: Exploiting U.S. Long-Term Advantages to Restore U.S. Global Power Projection Capability. Washington, D.C.: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2014.
- MEARSHEIMER, John J. *Conventional Deterrence*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- MEARSHEIMER, John J. Manuever, Mobile Defense and the NATO Central Front. *International Security*, v. 6, n. 3, p. 104-122, Inverno de 1982a.
- MEARSHEIMER, John J. Nuclear Weapons and Deterrence in Europe. *International Security*, v. 09, n. 03, p. 19-46, Inverno de 1984.
- MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, 2001.
- MEARSHEIMER, John J. Why the Soviets Can't Win Quickly in Central Europe. *International Security*, v. 7, n. 1, p. 3-39, Verão de 1982b.
- PALMER, Diego A. Ruiz. Paradigms Lost: A Retrospective Assessment of the NATO Warsaw Pact Military Competition in the Alliance's Southern Region. *Comparative Strategy*, v. 09, n. 03, p. 265-286, 1990.
- ROMJUE, John L. The Evolution of the AirLand Battle Concept. *Air University Review*, Maxwell Air Force Base, v. 35, n. 4, p. 1-12, maio-jun. 1984.
- SAGAN, Scott D. The Origins of Military Doctrine and Command and Control Systems. In: LAVOY, Peter; SAGAN, Scott; WIRTZ, James. *Planning the Unthinkable: How New Powers Will Use Nuclear, Biological and Chemical Weapons*. Ithaca: Cornell University Press, 2000.

STARRY, Donn A. A Tactical Evolution: FM 100-5. *Military Review*, Fort Leavenworth, v. 58, n. 08, p. 02-11, ago. 1978.

STARRY, Donn A. Extending the Battlefield. *Military Review*, Fort Leavenworth, v. 61, n. 03, p. 31-50, mar. 1981.

STARRY, Donn A. Reflections. In: HOFMANN, George F.; STARRY, Donn A. (Eds.). *Camp Colt to Desert Storm: The History of U.S. Armored Forces*. Lexington: The University Press of Kentucky, 1999. p. 531-562.

SWAIN, Richard M. AirLand Battle. In: HOFMANN, George F.; STARRY, Donn A. (Eds.). *Camp Colt to Desert Storm: The History of U.S. Armored Forces*. Lexington: The University Press of Kentucky, 1999. p. 360-402.

TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi. *Guerra e Antiguerra: Sobrevivência na aurora do Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

TUNANDER, Ola. *The Secret War Against Sweden: US and British Submarine Deception in the 1980s*. London: Frank Cass, 2004.

VAN EVERA, Stephen. *Guide to Methods for Students of Political Science*. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A Guerra Fria: O Desafio Socialista à Ordem Americana*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.